



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



07-05-2009

NUNO MELO FALA DAS ACTIVIDADES DO BANCO INSULAR

Muita gente sabia

O deputado centrista Nuno Melo revelou ontem em conferência de imprensa no Parlamento que desde há oito anos muitas dezenas de pessoas tinham conhecimento das actividades do Banco Insular, inclusive administradores do BPN. Nuno Melo apresentou aos jornalistas um memorando confidencial que levou à criação do Banco Insular e que, na opinião do deputado, “demonstra uma entidade fortemente hierarquizada, com um objectivo definido” e que “durante muitos anos subtraiu milhões de euros dos depositantes”. “Houve incompetência do Governo ao decidir a nacionalização sem deter toda a informação [sobre o caso BPN]”, afirmou o deputado democrata-cristão, acrescentando igualmente: “A decisão de nacionalizar um banco, o que não acontecia desde 1975, foi muito pouco profissional já que o Governo não habilitou os deputados com a informação completa”. Entretanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN decidiu suspender os trabalhos até dia 19 de forma a ouvir Vítor Constâncio nesse dia e Teixeira dos Santos no dia 21. Os trabalhos da Comissão deviam terminar a 16 de Maio, mas este prazo vai ser dilatado para que seja possível a audição do governador do Banco de Portugal e do ministro das finanças, de acordo com fontes parlamentares. Existe ainda a possibilidade, “muito provável”, de, após 21 de Maio, a comissão votar um novo prolongamento dos trabalhos de modo a possibilitar a redacção de toda a informação obtida ao longo dos últimos meses.

■ ■ NUNO MELO

O BPN é um "caso de polícia"

O deputado do CDS-PP Nuno Melo declarou ontem que o cataclismo no BPN não resulta da crise mas sim de um "caso de polícia". As críticas partem de um membro da comissão parlamentar que se tem declarado de mãos atadas para investigar o caso BPN por não conseguir obter informação.





●● **SUCURSAL** | O Banco Insular, instituição em foco no caso BPN, manteve uma sucursal aberta em Lisboa até Fevereiro de 2003, de acordo com documentos obtidos pelo PCP junto da Portugal Telecom. O CDS-PP também teve acesso a documentos que denunciavam a presença física do Insular em Lisboa "até 2005", e revelou que "havia uma placa" na porta que identificava o banco no número 9 da Rua Braamcamp, no 4º andar.



VÍTOR CONSTÂNCIO

Ouvido dia 19 de Maio



■ Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, é ouvido na comissão de inquérito ao caso BPN no dia 19 de Maio. Dois dias depois é ouvido o ministro Teixeira dos Santos.



JURISTA

Regime de casos

OPS está engasgado com a polémica sobre a continuidade de Dias Loureiro no Conselho de Estado. Os dirigentes socialistas surgiram com inusitada vontade de pôr água na fervura, garantindo que ser ouvido num inquérito parlamentar não é motivo de demissão de um cargo político. Percebe-se o embaraço: como quase tudo na política actual, deve-se ao caso Freeport.

OPS acordou cheio de horror a eventuais comparações. Defender a saída de Dias Loureiro no presente contexto (como alguns militantes têm feito, avulsamente) seria arriscar uma perigosa analogia se Sócrates vier a ser chamado para depor no imbróglio Freeport.

Cada vez mais, os casos BPN e Freeport parecem ser duas faces da mesma moeda – aquela que este regime tem cunhado descaradamente nos últimos 30 anos.

CASO BPN ■ BANCO DE CABO VERDE TEVE ESCRITÓRIO EM LISBOA



José Vaz Mascarenhas foi ontem ouvido pela segunda vez na comissão de inquérito ao BPN

Insular planeou fuga a impostos

■ Memorando dá conta do plano entregue ao BPN para a abertura de um escritório no País

● DIANA RAMOS

O dono formal do Banco Insular (BI), José Vaz Mascarenhas, enviou em 2001 um memorando à administração do BPN no qual dava conta dos planos de abertura de uma sucursal no País. O presidente do BI planeou em detalhe a fuga às contribuições relativas ao funcionário que o escritório em Lisboa teria e a forma de financiamento dos meios necessários à instalação do banco sem que fossem levantadas suspeitas junto

do Banco de Portugal (BdP).

O documento foi revelado pelo CDS-PP. "A instalação formal de sucursal, com actividade registada nas Finanças, parece de evitar", relata o presidente do BI à administração.

Como solução, Vaz Mascarenhas propôs ao BPN a não inscrição na Segurança Social, "não havendo descontos nem da entidade patronal nem do empregado", um PPR contratado no BPN, um seguro de saúde e um seguro "que indemnize o empregado pelos salários cessantes em caso de doença". Vaz Mascarenhas propôs ainda a compra de

um carro. "Dada a situação do escritório, as necessidades de transportar por meios próprios muita da documentação do BI e as inerentes à ligação estreita, mas discreta, entre este e o BPN, propõe-se a aquisição de viatura de serviço."

O Insular teve mesmo porta aberta em Lisboa, na rua Braancamp, sem a autorização do BdP. A PT confirmou ao PCP

que até 2003 houve um registo telefónico do Insular nessa morada, que foi alterado para o nome de Mascarenhas Unipessoal Lda, a empresa que fazia a contabilidade do banco. ■

Mascarenhas pediu para a segunda audição ser à porta fechada



CDS acusa Constâncio de conhecer irregularidades do BPN desde 2001

Relatórios de inspeção do Banco de Portugal ao BPN fazem disparar críticas à supervisão.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgtps.com

A polémica em torno da supervisão levada a cabo pelo Banco de Portugal ao BPN ganhou ontem novo fôlego. O CDS-PP fez renascer a polémica ao divulgar um relatório de inspeção do regulador ao BPN, datado de 2002. Nessa auditoria, o BdP reconhece que "não dispõe de informação", pelo que, para o deputado centrista Nuno Melo, o Banco de Portugal (BdP) limita-se a "inferir" conclusões, efectuando desta forma uma "análise condicionada".

Em conferência de imprensa, Nuno Melo - que integra a comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN - voltou assim a tecer fortes críticas ao órgão liderado por Vítor Constâncio, acusando-o de "não reagir, nem sancionar" perante indícios detectados desde 2001. "Falhou clamorosamente na supervisão". O deputado aproveitou ainda a mesma ocasião para acusar o Governo de



Nuno Melo,
Deputado
do CDS-PP

"Houve incompetência do Governo ao decidir a nacionalização sem deter toda a informação. O Governo não habilitou o Parlamento para os deputados poderem decidir."

"incompetência" por ter nacionalizado o BPN sem estar devidamente documentado e informado. Vítor Constâncio e Teixeira dos Santos terão oportunidade de responder a estas críticas na comissão ao caso BPN. O governador deverá ser ouvido dia 19 deste mês e o ministro das Finanças no dia 21, segundo a agência Lusa (ver caixa ao lado).

O relatório de inspeção divulgado efectua uma análise à carteira de crédito do banco, ao Excellence Assets Fund (usado no negócio da SLN em Porto Rico) e ainda às operações intragrupo. Recorde-se que no início de Abril, o mesmo grupo parlamentar organizou uma conferência, onde também divulgou o resultado de uma inspeção, realizada em 2005, onde o BdP reconhecia "operações de uma gravidade extrema" no BPN. "A supervisão teve todos os indícios, como provam os relatórios de 2002 e de 2005, mas não agiu", concluiu o deputado. "É normal que há tan-

tos anos, com tantos indícios, com meios técnicos, humanos, financeiros, o Banco de Portugal não tenha conseguido quase coisa nenhuma?", questionou Nuno Melo. Não foi possível obter do regulador um comentário a estas acusações até ao fecho da edição. No entanto, recorde-se que, publicamente, o BdP já tinha acusado de "má-fé" o CDS-PP. Em reacção ao relatório de 2005, Constâncio afirmou que as "situações referidas não indiciam nem têm nada a ver com as situações fraudulentas posteriormente detectadas". E garantia que os relatórios só reflectem o acompanhamento atento que o BPN merecia à autoridade de supervisão.

No dia em que o presidente do Banco Insular de Cabo Verde, José Vaz Mascarenhas, foi ouvido pela segunda vez na comissão, o CDS revelou que essa instituição financiou sociedades 'off-shores', usadas no negócio de Porto Rico, causaram prejuízos de 53 milhões de euros ao BPN. ■

AGENDA DA COMISSÃO

- A Comissão decidiu suspender os trabalhos até dia 19 de forma a ouvir Vítor Constâncio nesse dia e Teixeira dos Santos no dia 21.
- O prazo da comissão termina a 16 de Maio, mas este prazo vai ser dilatado para a realização destas audições.
- Existe ainda a possibilidade, de após 21 de Maio a comissão votar um novo prolongamento dos trabalhos.
- Nuno Melo pôs em causa mais um depoimento. Garantiu que o Insular era do conhecimento de várias dezenas de pessoas e que o actual quadro da CGD, Luz de Almeida, garantiu que "só recentemente conheceu o Insular".



O “embaraço” do conselheiro Dias Loureiro

Ex-administrador da SLN mantém-se como conselheiro do Presidente da República.

Catarina Madeira
cmadeira@economicasgps.com

Cavaco Silva – que nunca economizou nas palavras ética, valores, verdade, transparência, seriedade, honestidade e rigor quando se referia aos agentes políticos – depara-se agora com um caso que está a deixar “embaraçados” alguns membros do Conselho de Estado. O envolvimento do conselheiro Dias Loureiro no caso BPN está a ensombrar o órgão consultivo do Presidente da República.

Dias Loureiro foi mais uma vez, na terça-feira, à comissão de inquérito parlamentar, onde voltou a não assumir qualquer responsabilidade no negócio ruinoso do grupo financeiro em Porto Rico e, apesar da pressão de figuras como Jorge Sampaio e Paulo Rangel, não colocou a hipótese de abandonar o Conselho de Estado.

No mesmo dia, Cavaco Silva acedeu a comentar o caso mas, sobre o “embaraço”, o Presidente respondeu evasivo e sem particularizar: “É o mesmo embaraço de qualquer outro membro do Conselho de Estado. Eu não distingo, porque um Presidente da República nunca pode fazer comentários sem estar bem informado em relação a qualquer cidadão português. Não tenho informação adicional e com certeza que imagina que o Presidente da República é suposto estar razoavelmente informado”. Fazendo referência às condicionantes implícitas ao seu cargo, Cavaco acrescentou ainda: “No Conselho de Estado existem 19 membros que estão sujeitos a um estatuto especial e todos me merecem o maior respeito e eu não faço nenhum comentário em relação a qualquer membro”.

O desconforto causado pela presença de Dias Loureiro no Conselho de Estado motivou, só esta semana, duas reacções de peso. Jorge Sampaio, conselheiro de Estado, e Paulo Rangel – líder da bancada parlamentar social-democrata, cabeça de lista do PSD para as eleições europeias e a figura do partido que mais se tem destacado na luta partidária – recorreram à palavra “embaraço” para comentar a situação.



Manuel Dias Loureiro, ex-ministro de Cavaco e ex-secretário-geral do PSD, mantém-se como conselheiro do Presidente da República.

“Naquela hipótese libertaria o senhor Presidente da República e também os colegas do Conselho de qualquer constrangimento”, afirmou o ex-Presidente. De resto, Sampaio não deixou dúvidas de que, no lugar de Dias Loureiro, sairia do Conselho de Estado.

Em declarações, que ecoaram em todo o universo político-partidário nacional, Paulo Rangel defendeu que “aqueles, que estão no Conselho de Estado, devem reflectir muito bem sobre se a sua manutenção traz ou não algum constrangimento para as pessoas que os nomearam”. Depois de Rangel, os partidos apressaram-se a reagir. O líder do CDS/PP, Paulo Portas, defendeu a saída de Dias Loureiro e o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, foi mais longe considerando que o inquérito parlamentar sobre o BPN não deixa “outra saída” a Dias Loureiro senão a de deixar o Conselho de Estado. ■

O envolvimento do conselheiro Dias Loureiro no caso BPN está a ensombrar o órgão consultivo do Presidente da República



ID: 24968930

07-05-2009

Cavaco adverte que trata os conselheiros por igual

Sócrates é membro do Conselho de Estado e, como Dias Loureiro, está envolvido em polémica

ISABEL TEIXEIRA DA MOTA
isabelmota@jn.pt

Cavaco Silva declarou ontem que não tem informações novas que ponham em causa a permanência de Dias Loureiro no Conselho de Estado e sublinhou, em tom de recado, que não faz distinção entre conselheiros.

O presidente da República decidiu esclarecer ontem, à margem da entrega dos prémios Bial na Faculdade de Medicina, que "no Conselho de Estado existem exactamente 19 membros que estão sujeitos a um estatuto especial". E acrescentou: "É bom estudar a lei que rege os membros do Conselho de Estado".

Ou seja, segundo o chefe de Estado, sobre Dias Loureiro não caem, por enquanto, razões para abandonar aquele órgão consultivo, tal como também não recaem sobre o primeiro-ministro, envolvido no caso Freeport, nem sobre quaisquer outros membros. "Todos me merecem o maior respeito. E eu não faço nenhum comentário em relação a qualquer membro do Conselho de Estado".

Antes, tinha declarado não ter "nenhuma informação adicional em relação àquela que tinha". "E com certeza que imagina que o Presidente da República é susposto estar razoavelmente informado por quem tem o dever de o informar", argumentou.

Respondendo à questão de estar ou não "embaraçado" com a



Cavaco diluiu o caso de Dias Loureiro num Conselho de Estado onde existem outros membros com polémicas comparáveis

permanência do social-democrata (ex-administrador da Sociedade de Lusa de Negócios, detentora do BPN, que está sob investigação), Cavaco afirmou: "É o mesmo embaraço de qualquer membro do Conselho de Estado" e "o Presidente da República nunca faz comentários em relação à in-

formação quer recebe daqueles que têm obrigação de o informar".

Cavaco respondeu ainda sobre a polémica alteração à lei do financiamento dos partidos aprovada na Assembleia da República e enviada para Belém: "Ainda não chegou à Presidência da República onde irá ser analisada com

muito cuidado", advertiu. Temendo mais um veto político, o PS veio, ontem, pela voz de um vice-presidente da bancada socialista, Ricardo Rodrigues, assegurar que "não há dinheiro vivo a entrar nos partidos políticos sem documentação" e que o que está em causa é "um equívoco". ■

Um "nim" presidencial ao Bloco Central

O presidente da República defendeu que as forças partidárias têm "responsabilidades muito particulares na construção de soluções de Governo", sublinhando que nenhuma deve ficar de fora na procura de respostas para ultrapassar os actuais problemas do país. Questionado sobre a possibilidade de criação de um "Bloco Central" depois das eleições legislativas, Cavaco Silva recordou o "tempo muito difícil" que Portugal atravessa e que deve convocar todas as forças políticas na procura de soluções. Além disso, acrescentou, "as forças políticas têm responsabilidades muito particulares na construção de soluções de Governo para que Portugal não fique atrás, ainda mais para trás, em relação a outros países da União Europeia". "Espero que exista bom senso para que se coloque Portugal em primeiro lugar", frisou. "É bom que todas as forças políticas projectem uma imagem de responsabilidade, de alguma tranquilidade e seriedade no debate e que não se façam promessas ilusórias que depois não podem ser cumpridas".

PRESIDENTE ENTREGA DISTINÇÃO

Médico Miguel Castelo-Branco distinguido com prémio Bial

➤ O Presidente da República considerou ontem a Bial um "bom exemplo" de trabalho científico em Portugal e defendeu o "reforço da colaboração e das parcerias entre universidades e institutos de investigação e do tecido empresarial nacional".

Na apresentação dos prémios Bial de 2008, que decorreu nas

instalações da Faculdade de Medicina de Lisboa, Cavaco Silva felicitou a instituição de investigação na área das ciências da saúde comparando-a com os melhores centros internacionais de investigação médica.

O médico Miguel Castelo-Branco foi o vencedor da edição 2008 do Grande Prémio Bial de



O médico premiado pela Bial

Medicina, que premiou o seu trabalho de investigação de doenças degenerativas do sistema neurológico em fase inicial. Parte do prémio, de 150 mil euros, "será investido num projecto na área do autismo", disse o investigador, professor auxiliar na Faculdade de Medicina.

O trabalho de investigação

permite detectar doenças degenerativas do sistema neurológico e ajudar à reabilitação.

As doenças como o Alzheimer só costumam ser detectadas em fases em que não há tantas hipóteses de sucesso no tratamento, mas a investigação aposta em detectá-las em fases muito precoces. L.T.M.



FIGURA DO DIA

Cavaco trata todos "por igual"



■ Num momento em que o cerco em torno de Dias Loureiro se apertava, Cavaco Silva saiu, de alguma forma, em defesa do "seu" conselheiro de Estado. Para o presidente, todos os representantes naquele órgão consultivo lhe merecem "o maior respeito", o que pode ser lido como uma alusão, ainda que indirecta, ao estatuto de José Sócrates, também ele envolvido num caso polémico (o Freeport), e também ele com lugar no Conselho de Estado. Cavaco disse mais: que não tem "nenhuma informação adicional" à que lhe foi dada por Dias Loureiro quando a permanência deste foi colocada em causa, por força das suas ligações ao chamado "caso BPN". "(...) O presidente deve ser muito cuidadoso em relação aos comentários que faz em relação às pessoas, (...) quaisquer que elas sejam". Conclusão que acaba, curiosamente, por coincidir com as declarações que o próprio Dias Loureiro prestou, anteontem, na segunda ida ao Parlamento, ao manter a essência do seu depoimento inicial. Ou seja: ou o antigo ministro sai pelo próprio pé ou, não havendo novos factos que o "impliquem" no "caso BPN", não será o presidente da República a tomar a iniciativa de o afastar.



Conselheiro Dias Loureiro



DE CIÊNCIA INCERTA

PAULO MARTINS

Chefe de redacção adjunto

Preto no Branco

Em tempos que já lá vão, nem por isso muito longínquos, era um homem firme e determinado. Como ministro da Administração Interna, dava do Estado a imagem de autoridade que o então primeiro-ministro tanto prezava - à bastonada, se necessário, quando as manifestações ultrapassavam as (suas) marcas. Como secretário-geral do PSD, assegurava a disciplina reclamada pelo exercício do poder. Era temido, até pela influência que se pressentia ter sobre quem efectivamente mandava, Cavaco Silva.

A certa altura, largou a política - em bom rigor, foi a política que o largou a ele, em 1995, quando o país trocou o cavaquismo de murro na mesa pelo guterrismo com aura de dialogante. Meteu-se no mundo dos negócios, alimentou a fama de gestor de sucesso, enriqueceu. Teria saído das parangonas dos jornais não fosse a crise económica precipitar o levantamento de uma parte do véu do BPN, instrumento financeiro da Sociedade Lusa de Negócios, por onde passara como administrador.

Aí, redescobriu-se um Dias Loureiro bem diferente. Com lapsos de memória, pouca sensibilidade para as minudências da lei, falta de disponibilidade ou de paciência para apurar se dela foi feito gato sapato nesse universo empresarial. Nem a "contabilidade criativa" que permitiu dispersar pelas contas de diversas empresas os prejuízos dos negó-

cios em Porto Rico lhe causou a mínima estranheza. Andava ali por ver andar os outros...

"Pequeno detalhe": o homem que esta semana, a seu pedido, voltou ao Parlamento para ser ouvido no inquérito ao "caso BPN" é conselheiro de Estado. As explicações que deu sobre alegadas contradições não parecem ter convencido ninguém. Pelo contrário: provocaram a multiplicação de vozes que põem em causa a sua presença no órgão de aconselhamento do presidente da República. Mas Dias Loureiro, que não pode ser afastado nem por quem o nomeou, não arreda pé. Só aí se conserva a firmeza de outrora.

A questão é política, exclusivamente política. Não se trata de, perante o caso, se vestir a pele de "jugador" que há meses Manuela Ferreira Leite recusou, senão na estrita dimensão política que o caso suscita. Na dimensão da respeitabilidade e credibilidade que um órgão como o Conselho de Estado deve preservar. Na dimensão do constrangimento em que Dias Loureiro coloca Cavaco Silva, como nota Paulo Rangel ou como antes notara Morais Sarmiento.

Com cada vez mais gente, no interior do seu próprio partido, a exigir que renuncie à condição de conselheiro, fragiliza-se ainda mais a posição do antigo ministro. Que deveria ser o primeiro interessado em desfazer a ideia de que se mantém no Conselho de Estado porque, graças à imunidade que proporciona, é um "escudo protector". ■

DIAS LOUREIRO deveria ser o primeiro interessado em desfazer ideia de que se mantém no Conselho de Estado porque, graças à imunidade, é um "escudo protector"



BPN

CDS garante que “dezenas de pessoas sabiam do Insular”

Nuno Melo revela uma carta que mostra que o ex-gestor do BPN, Luz de Almeida, que disse não saber do Insular, estava ao corrente



Nuno Melo vai divulgar mais documentos que revelam conhecimento generalizado do Insular.

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

“Muitas dezenas de pessoas sabiam do Banco Insular” e das suas relações com o Banco Português de Negócios (BPN). “Não se pode dizer que era uma realidade difusa, sobre a qual um só homem decidia tudo. Havia pessoas da administração do BPN, da SLN, do Efisa e de outras instituições que sabiam”.

A garantia foi dada ontem pelo deputado do CDS-PP Nuno Melo que prometeu divulgar documentos que demonstram o que afirmou até ao final dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN. Ontem, o CDS já disponibilizou correspondência trocada entre o presidente do Insular, José Vaz de Mascarenhas, e Nuno Luz de Almeida, que mostra que este antigo administrador do banco conhecia a “ligação estreita” existente entre o BPN e o banco cabo-verdiano que foi utilizado para esconder prejuízos e realizar operações ilícitas. Há um mês, quando depôs no Parlamento, o actual quadro da Caixa Geral de Depósitos garantiu nunca ter tido contacto com o Insular.

A correspondência divulgada por Nuno Melo mostra que, em Setembro de 2001, altura em que o BPN estava a “simular” a venda do Insular a Vaz Mascarenhas, Luz de Almeida foi informado pelo presidente do banco cabo-verdiano que o grupo português é que continuava a ser responsável pela instituição. Na carta, o líder do Insular pede autorização para tomar decisões sobre a instalação de uma sucursal do banco em Portugal e sobre a mudança de escritório em Cabo Verde.

Para justificar a necessidade de se adquirir um automóvel, Vaz Mascarenhas escreve: “Dada a situação do escritório [Cascais], as necessidades de transportar por meios próprios muita da documentação do Banco Insular e as inerentes à ligação estreita, mas discreta, entre este e o BPN, propõe-se a aquisição de viatura de

Dada a ligação estreita, mas discreta, entre o Insular e o BPN, propõe-se a aquisição de viatura de serviço.

Compra do imóvel pelo Insular poderia gerar complicações com o BdP.

JOSÉ VAZ DE MASCARENHAS
Presidente do Insular, numa carta a ex-gestor do BPN

serviço”. E quando aborda as alternativas para financiar as despesas de instalação, o gestor fala mesmo na necessidade de evitar problemas com o Banco de Portugal (BdP). “Outra alternativa, que seria a compra do imóvel pelo Banco Insular (BI), poderia gerar complicações com o BdP, que, com alguma legitimidade, consideraria existir representação não autorizada do BI no país”. Por outro lado, Vaz Mascarenhas sugere que a recolha de orçamentos junto de diversos fornecedores de serviços de instalação seja “articulada com o BPN, com vista a economias de escala”.

Esta carta é apenas um exemplo de correspondência que, segundo Nuno Melo, mostra que o conhecimento da relação entre os dois bancos era generalizado. “Muito do contacto do Insular com o BPN era feito por ‘email’, enviados a dezenas de pessoas. Havia muitas pessoas que sabiam porque recebiam os ‘emails’”, garante o deputado.



CDS e PCP divulgam dados sobre a presença do Insular em Portugal

Parlamento. Documentos revelam que o Banco Insular teve instalações em Lisboa sem autorização do Banco de Portugal

CDS e PCP revelaram ontem dados da presença do Banco Insular no país em 2002, sem que o Banco de Portugal tenha detectado e actuado pois nunca foi autorizada a abertura de qualquer sucursal.

Nuno Melo, do CDS, revelou um memorando confidencial sobre a transmissão das acções do Insular, texto elaborado por Vaz Mascarenhas em Setembro de 2003, no dia em que este regressou à AR para nova audição em que pediu para ser ouvido à porta fechada.

Já Honório Novo, do PCP, viu a PT responder-lhe que o Banco Insular IFI, SA pediu um número telefónico não confidencial que foi instalado, em 28 de Outubro de 2002, num escritório na Rua Braamcamp. O deputado comunista frisou que "se tratou assim de uma sucursal do Insular não autorizada pelo Banco de Portugal mas que operou bem no centro de Lisboa". A PT informou ainda que, a 3 de Fevereiro de 2003, o número foi alterado para o nome da Empresa

Mascarenhas Unipessoal, Lda. Ou seja, frisou Honório Novo, para "a empresa de contabilidade de Vaz Mascarenhas que fazia as contas do Insular".

Sobre a actuação do Insular referiu-se que Nuno Melo revelou que desde há oito anos muitas dezenas de pessoas tinham conhecimento das suas actividades, inclusive administradores do BPN. O memorando mostra "uma entidade fortemente hierarquizada, com um objectivo definido" e que "durante muitos anos subtraiu milhões de euros dos depositantes prejudicando os accionistas". ■ E. C.



Banco Insular teve sucursal não-autorizada em Lisboa

Ana Brito

● O antigo presidente do Banco Insular de Cabo Verde, José Vaz de Mascarenhas, foi ontem ouvido pela segunda vez na comissão de inquérito ao BPN. A audição foi à porta fechada, mas, mesmo assim, o dia foi fértil em dados novos sobre o banco usado pelo BPN para esconder prejuízos de mais de 400 milhões de euros.

O CDS-PP divulgou um memorando enviado por Vaz de Mascarenhas, em Setembro de 2001, a membros do conselho de administração do BPN, em que surge detalhado o processo de criação do Insular e de instalação da sucursal da Insular Holdings (a sociedade que detinha o banco) em Portugal. Já o PCP comprovou que a instituição teve um contrato telefónico com a Portugal Telecom (PT) até 2003 e endereço em Lisboa.

O comunista Honório Novo divulgou aos jornalistas um documento

Sigilo bancário

12

O Banco de Portugal tem até 12 de Maio para levantar o sigilo bancário no BPN. O CDS-PP dispõe-se a divulgar novas informações sobre o processo se Constâncio recusar o pedido da comissão de inquérito.

que revela que, desde Outubro de 2002 e até Fevereiro de 2003, o Banco Insular teve um contrato de telefone fixo da PT, referente a um endereço na Rua Braamcamp. Segundo os dados recolhidos pelo PCP junto da operadora de telecomunicações, a titularidade do contrato foi transferida

em 2003 para a Mascarenhas Unipessoal, firma que o deputado comunista explicou tratar da contabilidade do Insular a partir de Lisboa. Honório Novo frisou que, embora a sucursal do Insular não tivesse autorização do Banco de Portugal para funcionar, havia informação disponível que teria permitido ao supervisor detectar a sua existência.

Sobre o memorando confidencial, o centrista Nuno Melo disse tratar-se da prova de que o conhecimento do Insular era "muito maior e mais alargado" do que muitos depoentes na comissão de inquérito quiseram fazer crer.

"O Banco Insular foi usado pelo BPN para subtrair dinheiro aos depositantes e os factos que aqui apresentamos hoje não permitem que alguns digam que esta era uma realidade difusa, da responsabilidade de um único homem", afirmou. "Há pelo menos um administrador

do BPN" que teve conhecimento do documento, disse Nuno Melo, referindo-se a Nuno Luz Almeida, actual quadro da CGD, que já foi ouvido pela comissão de inquérito, onde disse só ter tido conhecimento do banco cabo-verdiano recentemente.

Mas, segundo o deputado, o memorando chegou às mãos de muitas dezenas de pessoas. E o que vem comprovar é a existência de "uma entidade fortemente hierarquizada e organizada, com um objectivo definido", afirmou.

Nuno Melo voltou a acusar o Banco de Portugal de "falha clamorosa" por não ter usado os seus poderes de supervisão quando "já tinha indícios [de práticas irregulares no BPN] pelo menos desde 2001". E sublinhou que, em menos de três meses e sem meios técnicos e financeiros, a comissão de inquérito conseguiu descobrir dados que ao longo de oito anos escaparam ao Banco de Portugal.